



Dificuldades na aquisição de alimentos, inclusive de produtos orgânicos, para o PNAE em municípios do Estado do Rio de Janeiro: visão de Nutricionistas.

ALEIXO, Duvanil Ney Santana¹; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa²

¹ UFRJ (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica), neyaleixo@gmail.com

² PESAGRO, UFRJ (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica), mfacfonseca.pesagro@gmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos programas de alimentação escolar mais longo da história. Sua reformulação recente, ocorrida em 2009, trouxe importantes mudanças na política de alimentação escolar brasileira; dentre outras, o reforço na aproximação das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional que se orientam pelos princípios do Direto Humano à Alimentação Adequada; e a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos transferidos aos municípios sejam empregados na aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando os alimentos orgânicos / agroecológicos. Realizou-se pesquisa junto as Nutricionistas Responsáveis Técnicas dos municípios visando o levantamento e análise de um conjunto de informações relacionadas a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos.

Palavras-chave: Mercado Institucional, Agricultura Orgânica, Alimento saudável, alimentação escolar

Keywords: Institutional Market, Organic Agriculture, Healthy Food, School Meals.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe desde 1955, sendo um dos Programas de alimentação escolar mais longo da história. Sua reformulação recente, ocorrida em 2009, trouxe importantes mudanças na política de alimentação escolar brasileira; dentre outras, o reforço na aproximação das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que se orientam pelos princípios do Direto Humano à Alimentação Adequada (DHAA); e a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa sejam empregados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Trata-se de uma medida que, além de oportunizar um mercado interessante aos produtos dos agricultores familiares, coloca o PNAE também como vetor de desenvolvimento local. Em sua regulamentação, são destacadas orientações nutricionais para o escolar, visando o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além da promoção de hábitos alimentares saudáveis.

As 92 Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) receberam juntas em 2015, segundo dados do site do FNDE, o repasse de R\$ 180.950.424,80, sendo

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



que efetivamente investiram na aquisição de alimentos da agricultura familiar R\$ 25.088.951,36 totalizando um percentual de 14%, ou seja, menos da metade dos 30% exigidos.

Neste mesmo ano, 25 municípios fluminenses (27% do total) não adquiriram nada da agricultura familiar para a alimentação escolar, sendo que em 64 municípios (70% do total) investiram entre R\$ 0,00 até R\$ 200.000,00.

Evidencia-se, portanto, a existência de importante espaço de ampliação da participação da agricultura familiar no mercado da alimentação escolar no estado, o que constitui um desafio para todos os atores envolvidos com esta política pública.

Nesse contexto e considerando o caráter recente das reformulações, esse artigo busca analisar aspectos diversos observados pelos profissionais que lidam diretamente com a temática da alimentação escolar e a aplicabilidade da legislação nos municípios do estado do Rio de Janeiro, quais sejam, os Nutricionistas Responsáveis Técnicos (RTs).

Ressalta-se que os resultados apresentados neste trabalho são parciais e fazem parte de pesquisa para mais ampla sobre o tema disponível na dissertação de mestrado (ALEIXO, 2018).

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada por meio de envio de questionário eletrônico às Nutricionistas Responsáveis Técnicos (RTs) do PNAE dos 92 municípios do ERJ, visando o levantamento e análise de um conjunto de informações relacionadas a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação do Programa. Os formulários *on line* enviados constituíam-se de várias questões relacionados ao período compreendido entre os anos de 2015 e/ou 2016, cujas respostas poderiam ser múltiplas e, caso necessário, havia opção para outras proposições que não constavam no formulário, no campo “outras”. Os dados foram analisados por método estatístico descritivo, por meio de frequência absoluta e relativa sistematizadas no software Excell 2007. O foco nas Nutricionistas RTs baseia-se nas diferentes atribuições desse profissional no PNAE. Em relação às atribuições, segundo BRASIL (2010), compete ao profissional vinculado à Entidade Executora (EEx) exercer 13 atividades obrigatórias e nove complementares. Das atribuições obrigatórias, destacam-se: realização de diagnóstico do estado nutricional dos estudantes; planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar; capacitação de recursos humanos; controle de qualidade higiênico sanitário; coordenação e realização de ações de educação alimentar e nutricional (EAN), dentre outras.



Resultados

Responderam ao questionário *on line* Nutricionistas RTs de 18 municípios, constituindo 20% dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Todos os municípios (100%) utilizam a Chamada Pública como instrumento de aquisição dos produtos da agricultura familiar. Com relação aos locais de divulgação dos procedimentos para aquisição dos produtos da agricultura familiar, 91% das respostas se concentraram em quatro opções, sendo Departamento de Licitações (26%), endereço eletrônico da Prefeitura (23%) e Mural da Prefeitura (21%) e Jornal de circulação local (21%).

A maioria dos municípios (72%) informam que a alimentação escolar funciona através do sistema de autogestão, onde a Prefeitura é inteiramente responsável pela execução da Alimentação Escolar e 28% (n=5) tem como sistema alimentar a Terceirização, onde empresa(s) é (são) contratada(s) para sua execução. Nenhum dos respondentes informou utilizar-se do sistema misto, onde ambos os sistemas (autogestão e terceirizada) se complementam.

Quanto ao local de recebimento dos produtos da agricultura familiar, mais da metade (56%) dos municípios entregam nas unidades escolares municipais diretamente; 28% num ponto central para posterior entrega; e 11% utilizam-se de um sistema misto. Quando o fornecimento dos produtos se dá diretamente nas unidades escolares, há necessidade de que os agricultores tenham, além de estrutura de distribuição, um nível de organização suficiente para que os produtos cheguem conforme o que determina os contratos. Por outro lado, quando as entregas são realizadas num ponto central, onde a Prefeitura se encarrega de distribuir nas escolas, a logística é facilitada para os produtores. Em muitos casos, essa característica faz toda a diferença. O sistema misto compreende o fornecimento dos produtos diretamente nas unidades escolares, provavelmente realizadas por grupos de agricultores de “fora” do município; e a entregas num ponto central, onde a Prefeitura se encarrega da distribuição nas escolas, para grupos locais.

Chama atenção a afirmação de dificuldades na localização de produtos da agricultura familiar no município, pois indica que a invisibilidade dessa categoria parece ainda ser um entrave para o crescimento do programa. Sugere também que existe um grande espaço para melhor integração e diálogo entre as entidades mais conhecedoras do espaço rural do município – como as entidades de ATER - e os Nutricionistas. A falta de documentação básica para acesso ao PNAE, especialmente Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e Nota Fiscal, são problemas comumente apontados como importantes elementos que dificultam ou mesmo impedem que um maior número de agricultores familiares participem do PNAE.



A tabela 1 mostra as dificuldades apontadas para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Opções	Freq.	%
Dificuldade em encontrar produtos da agricultura familiar no município.	8	17%
Os produtores têm dificuldades na logística de entrega dos produtos.	8	17%
Pouca quantidade de produtos oferecidos.	7	15%
Os agricultores não estão organizados o suficiente.	7	15%
Falta documentação para os agricultores (DAP, SIM, SIE, Nota Fiscal)	6	13%
Outros:	4	9%
Não existe integração com as entidades de ATER.	3	6%
Os agricultores familiares não se interessaram em vender para o Pnae.	2	4%
Alto preço dos produtos ofertados.	1	2%
Pouca divulgação do PNAE junto ao público beneficiário.	1	2%
	47	100%

Tabela 1. Dificuldades para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, (ALEIXO, 2018).

Com relação à aquisição de produtos orgânicos da agricultura familiar em 2015/2016, dos 18 municípios que responderam ao questionário *on line* (n=18), apenas 2 (11%) informaram que adquirem, sendo que os demais (89%) ainda não tem essa prática. Os produtos orgânicos adquiridos podem ser classificados como verduras, legumes e frutas, sendo que o município 1 adquire as 3 classes (abóbora, abobrinha, quiabo, alface, chicória, couve, salsinha, cebolinha, coentro, manjeriço, e banana); e o município 2, adquire apenas verduras e legumes (alface, couve, repolho, mandioca, cenoura, salsinha e cebolinha).

Já em relação a aquisição de produtos orgânicos, o item mais apontado pelas Nutricionistas RTs foi a dificuldade de encontrá-los nos canais tradicionais de mercado. Para esse grupo, o preço alto dos orgânicos é uma dificuldade para aquisição dos mesmos, e a dificuldade na logística de distribuição aparece também para os agricultores familiares orgânicos. A informação de que os agricultores orgânicos preferem vender seus produtos em outros mercados que não o PNAE, introduz uma discussão importante: por que isso acontece? Como aumentar a inclusão desse tipo de produto no PNAE se os agricultores orgânicos não se interessam ou se interessam pouco em fornecê-los? Que tipo de problemas pode ser minimizado / resolvido para que a promoção de alimentos mais saudáveis possa efetivamente chegar na alimentação escolar?

As dificuldades apontadas na aquisição de produtos orgânicos da agricultura familiar pelos Nutricionistas RTs são apresentadas na tabela 2.



Opções	Freq.	%
Encontrar produtos orgânicos nos canais tradicionais de comercialização.	6	19%
Os agricultores orgânicos não têm certificação dos produtos.	6	19%
Os agricultores familiares não produzem produtos orgânicos no município.	5	16%
Alto preço dos produtos orgânicos.	5	16%
Preferem vender seus produtos em outros mercados (Feiras, Lojas, mercados, etc)	4	13%
Os agricultores têm dificuldades na logística de distribuição para as escolas.	3	10%
Outros: não sabe	1	3%
Dificuldade da equipe técnica em identificar os produtores orgânicos.	1	3%
A qualidade dos produtos orgânicos é baixa e a quantidade é pouca.	0	0%
Falta de documentação do agricultor familiar (DAP, SIM, SIE, SIF, Nota Fiscal)	0	0%
	31	100%

Tabela 2. Dificuldades na aquisição de produtos orgânicos da agricultura familiar.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, (ALEIXO, 2018).

Conclusão

Foi possível constatar que a chamada pública tem sido o principal meio de seleção dos agricultores familiares e suas organizações para fornecimento de alimentos para o PNAE. No entanto, os Nutricionistas RTs relatam a dificuldade em encontrar produtos orgânicos e, quando esses existem, a falta de registro no MAPA dos agricultores e o alto preço como uma dificuldade para sua aquisição. O Nutricionista é um ator social chave na execução da aquisição de produtos da agricultura familiar, inclusive orgânicos, para o PNAE, assumindo diversas responsabilidades. Para que o papel seja exercido com mais eficiência, eficácia e efetividade são necessários investimentos em capacitação e estimular a articulação agricultores familiares orgânicos e nutricionistas.

Bibliografia consultada

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar, incluindo produtos orgânicos, pelas Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de 2011 a 2016.** UFRRJ (PPGAO) Dissertação de Mestrado, 2018, 230 f. Disponível em (<<https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/2673>>). Acesso em abril de 2019.